

Desvelando as disputas em torno da “ideologia de gênero” na atualidade

Celso Gabatz¹
Rosângela Angelin²

Resumo

A "ideologia de gênero" parece ser uma tese sem a necessidade de muitos argumentos nos dias atuais. É vista por uma parcela da sociedade como algo pernicioso para o desenvolvimento das crianças, capaz de violar a liberdade das famílias e a integridade das igrejas. A consequência é uma avalanche de revolta que arrasta pessoas por conta de um entendimento distorcido. Esta abordagem pretende, pois, aprofundar aspectos inerentes ao debate, bem como, respaldar a perspectiva da democracia e dos direitos individuais quando ameaçados por ofensivas de lideranças com forte ingerência política. Os resultados indicam que, embora afirmem ser contra uma 'ideologia', na verdade, estas lideranças atuam para interromper a consolidação de valores essenciais à democracia, como o tratamento igual aos indivíduos, independente do que os singulariza e a promoção do respeito à pluralidade e diversidade.

Palavras-Chave: “Ideologia de Gênero”; Democracia; Diversidade.

1. Considerações Iniciais

Conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religiosas de séculos anteriores. Eles passam a ter um imenso peso simbólico. Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam o veículo para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante intensidade emocional. Consequentemente, a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande estresse social (RUBIN, 2003, p.1).

Existe uma longa história de ansiedade e desconforto causados por questões de gênero e sexualidade, dentro e fora das tradições religiosas. Nos últimos anos, estamos testemunhando o surgimento de um tipo particular de desafio. A rejeição para com a noção de gênero enquanto conceito analítico. A resistência mais acentuada decorre, em grande medida, após o gênero como categoria reflexiva, tornar-se parte dos quadros conceituais que buscam delinear com maior desenvoltura a realidade social em áreas como a pesquisa acadêmica, o ativismo político e a governança. Há uma compreensão do gênero como categoria parcial, incompleta e, frequentemente, precária.

Várias décadas de produção em torno de questões de sexo e gênero levaram a conceituar gênero como uma categoria analítica primordial. "Um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma das [...] principais

¹ Professor Colaborador e Pós-Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Teologia da Faculdade EST, São Leopoldo-RS. Doutor em Ciências Sociais (UNISINOS). Mestre em História (UPF). Pós-Graduado em Ciência da Religião e Docência no Ensino Superior. Graduado em Sociologia (UNIJUI), Teologia (EST) e Filosofia (CEUCLAR). Bolsista PNPd CAPES. E-mail: gabatz12@hotmail.com

² Pós-Doutora pela Faculdade EST, São Leopoldo-RS. Doutora e Mestra em Direito (Osnabrück, Alemanha). Graduada em Direito (UNIJUÍ). Professora na Graduação e no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Santo Ângelo, RS. E-mail: rosangelaangelin@yahoo.com.br

formas de significar as relações de poder"(SCOTT, 1986, p. 1067). A consolidação do gênero no âmbito das políticas governamentais acabou por demandar uma "massificação do gênero" enquanto forma de abordagem e como ferramenta de articulação política. Esta referência à "massificação" chama a atenção para o fato de que o gênero adquiriu um uso mais ampliado, e, por outro lado, também o tornou mais tangível em sua reação ou oposição.

Os embates assumem diferentes formas. Há quem repercuta uma perspectiva mais sutil, pragmática e até estratégica, enquanto outros rejeitam de forma incisiva a própria noção de gênero. Os olhares contrários e o ativismo que se reúne em torno do termo "ideologia de gênero" são expressões que ampliam em muito as incompreensões e uma não disponibilidade para o diálogo. Neste contexto, o termo ideologia³ cumpre um papel retórico específico, porque invoca uma visão em que as crenças e ideias são separadas do âmbito da vida e da realidade. Por conta desta premissa, gênero passa a ser localizado, sobretudo, na dimensão do conhecimento. Em grande medida, as possíveis oposições ao termo são lidas a partir de projetos alternativos de produção deste conhecimento (SANTOS FILHO, 2016. p. 33-58). O gênero seria a linguagem atrelada a uma conspiração global através da qual as elites tentavam subornar o mundo. Em geral, esta iniciativa estaria alinhada com a vontade de tomar o poder e impor valores perversos e minoritários. O imperativo engendrado pela proposta sugere um jogo de forças onde existiria uma espécie de "nós contra eles" (STANLEY, 2018).

Os críticos às demandas de gênero se afirmam como interlocutores das preocupações de pessoas, supostamente, silenciadas e que, portanto, necessitam ser alertadas acerca das ameaças a que estão expostas. Dentro deste quadro, o gênero opera como um vínculo simbólico que une atores com objetivos e estratégias divergentes contra um inimigo comum. É possível afirmar que, em certo sentido, as mobilizações incidem mais na realidade do gênero tornando-o, por extensão, um tema conhecido, reafirmando sua relevância e incidência na vida das pessoas.

A ideologia de gênero mostra a incubação e normatização de um estilo de vida no plano interno estadunidense para subsequente projeção na ONU e irradiação pelo mundo afora via maquinaria internacional dos Direitos Humanos (...). O papel do feminismo antimaterno na formulação do corpo conceptual de base, bem como a contribuição da teoria desconstrutivista no processo de elevação do aborto ou da

³Ideologia conforme a diretriz que aqui se busca delinear tem a ver com um dos conceitos referidos por Karl Marx e Friedrich Engels, na obra, *A ideologia alemã*, (2007). Para os autores, trata-se de uma consciência equivocada acerca da realidade, mas, muito importante para que uma classe social consiga exercer poder sobre outra. Por extensão, tem a ver também com a necessidade da classe dominante fazer com que a realidade seja vista e assimilada a partir deste referencial. Ideologia, no entanto, sofreu inúmeras interpretações, como, por exemplo, aquela entabulada por Lênin como forma de definir o próprio marxismo ou a desenvolvida por Antônio Gramsci, para quem a ideia de mundo se manifestaria nas ações que a sociedade seria capaz de organizar. A ideologia é, portanto, um conjunto de ideias que fundamentam valores e motivam atitudes.

sodomias e costumes afins a estatuto de direitos fundamentais, são postos em paralelo com a carona na noção de minoria então providencialmente disponibilizada na campanha para a igualdade civil (VERO, 2016, p.4).

O gênero como categoria de análise conjuntural vem encontrando resistência, notadamente, a partir de posições teóricas e políticas que acentuam a perspectiva das disputas. Os embates incluem paradigmas neoliberais e positivistas que têm escassas análises sociológicas do poder, mas também certas perspectivas marxistas que seguem sendo mal equipadas para dar conta das parcelas de poder que não podem ser reduzidas a um único conjunto de relações que incide nas classes socioeconômicas (BUTLER, 2008).

A “ideologia de gênero” repercute no mundo de maneiras diferentes. No Brasil, em particular, embora a influência da religião católica sempre tenha sido constante e com um papel de liderança estratégica durante o período colonial e nos momentos da ditadura militar, o interesse em influenciar a tomada de decisão dos governos mostra um mapa geopolítico mais complexo, caracterizado pelo surgimento de novas igrejas que também tentam incorporar-se às suas demandas. A filósofa Márcia Tiburi alerta para o fato de que:

“[...] algo muito curioso acontece com o uso do termo ideologia quando se fala em ‘ideologia de gênero’. Algo, no mínimo, capcioso. Pois quem usa o termo ‘ideologia de gênero’ para combater o que há de elucidativo no termo gênero procura ocultar por meio do termo ideologia não apenas o valor do termo gênero, como, por inversão, o próprio conceito de ideologia. É como se falar de ideologia de gênero servisse para ocultar a ideologia de gênero de quem professa o discurso contra a ideologia de gênero. Não se trata apenas de uma manobra em que a autocontradição performativa é ocultada pela força da expressão, mas de um caso evidente de má fé” (TIBURI, 2016).

É a partir de um contexto peculiar que surge o itinerário para a abordagem do tema aqui proposto. Interessa-nos, sobretudo, compreender as condições que possibilitaram que determinadas ideias e valores morais passassem a ser incorporados no debate público atual. Busca-se interrogar de que maneira esta agenda passou a delimitar as propostas no âmbito educacional e, também, as condições de produção e emergência de uma trama discursiva em torno do sexo, gênero e família com forte apelo popular, político e religioso.

2. Conceitos e Distorções de Gênero

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado (RUBIN, 2003, p.1).

O sexo é um elemento político. Ao ser realçado em sua dimensão política, ele é, por extensão, também um parâmetro que se afirma nos meandros de uma construção histórica de poder. Michel Foucault em sua *História da sexualidade* (2001) questionou a hipótese repressiva do sexo, de modo a recolocá-lo, a partir do século XVII, em uma teoria geral dos discursos. Não se tratava de demonstrar como a hipótese repressiva era equivocada, mas, observar aquilo que estava sublinhado ao se falar do sexo, dos lugares, das instituições. O propósito de Foucault era compreender quais meios o poder acentuava e “de que maneira penetrou e controlou o prazer cotidiano a partir dos efeitos [...] de recusa, bloqueio, desqualificação, mas, também, de incitação, de intensificação, [...] das técnicas polimorfos do poder” (2001, p. 17). Tratava-se, assim, de observar o regime de poder, saber e prazer que sustentou e colocou o sexo, exaustivamente, em um discurso recorrente na história da humanidade representado por um controle dos corpos e das condutas.

O conceito de “gênero”, por sua vez, surge como contraponto ao espectro essencialista do “sexo”, a partir do desenvolvimento dos estudos feministas em meados do século XX. É fundamental compreender, todavia, que a divisão entre “gênero” e “sexo” não deveria produzir categorias antagônicas (sexo/natureza – gênero/cultura) na medida em que estas reforçam a naturalização da sexualidade, mas, sim, categorias híbridas e interseccionais, ampliando o campo da sexualidade para além do ato sexual e da esfera biológica (SCOTT, 1986, p. 1053-1075).

Desde o lançamento da obra seminal da pensadora francesa Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, no ano de 1949, houve uma separação entre o que é natural e, principalmente, o que é social. Para Beauvoir, se o propósito é acabar com um preconceito, o jeito mais promissor de fazê-lo seria acabar com as bases sobre as quais ele é construído. Significa, portanto, ter a liberdade para escolher não somente aquilo que é determinado. Por isto, não deixa de ser uma afirmação pouco lógica que a discussão de gênero seja vista com base em uma “ideologia” que busca determinar o que crianças e jovens serão no futuro (BEAUVOIR, 1967).

Enquanto elemento constitutivo, gênero supõe a construção social dos indivíduos relacionado à ideia de mulher e homem. Nessa construção, é de vital importância a difusão de símbolos culturalmente conhecidos que agregam múltiplas representações sobre o feminino e o masculino. Os símbolos, dotados de uma ideia intertemporal, são interpretados e introduzidos através de conceitos normativos como os encontrados nas doutrinas religiosas, nas práticas educacionais e nas leis (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p. 129-147).

Como forma primária de relações, por sua vez, gênero é um campo primário no qual, se articula o poder. Ou seja, gênero tem sido uma forma habitual de facilitar a significação do poder. O gênero se dissolve na conceituação e constituição do próprio poder (SCOTT, 1995, p. 71-99). Por outro lado, gênero também confere aos indivíduos identidades subjetivas mediante atos de sujeição. Daí por que as condutas, os desejos, as vontades e ações, estarem condicionados por processos de socialização. Desta maneira, o sistema sexo-gênero se coloca como uma variável fundamental na organização da vida social através da história e da cultura.

Gênero é, assim, uma ferramenta analítica e também uma categoria teórica que permite compreender como a divisão da experiência social tende a redundar em concepções diferentes acerca da própria trajetória, as atividades, as crenças e a percepção de mundo (HARDING, 1996, p. 29-32). É importante salientar, entretanto, que gênero é ainda um conceito que visa explicitar que as diferenças são decorrentes de construções sociais por meio dos processos de socialização inerentes aos sujeitos desde a sua concepção. Explicam, desta maneira, as relações de poder socialmente construídas e as normas de gênero socialmente impostas e que geram relações baseadas em distinções sexuais (AMOROS, 1985). Esta construção social dos indivíduos se relaciona com a difusão de símbolos culturalmente disponíveis e que agregam diferentes representações.

O livro *The Gender Agenda: Redefining Equality*, da escritora estadunidense Dale O'Leary, publicado no final dos anos 90, é uma delimitação inicial importante para se entender as atuais formulações teóricas que buscam contradizer os movimentos feministas e LGBT, principalmente por ser amplamente citado nos materiais acerca da “ideologia de gênero”. De acordo com a autora existiria uma linha histórica do avanço das políticas de gênero no plano internacional. Sua constatação é de que haveria uma conspiração pela destruição dos valores cristãos, aprofundando inclusive nas diferentes perspectivas de feminismo e nas políticas de gênero da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na América Latina a primeira referência oficial ao termo ideologia ligado ao conceito de gênero, aparece no ano de 1998 em uma nota intitulada - *La ideología de género: sus peligros y alcances* - emitida pela Conferência Episcopal Peruana. O documento, dividido em mais de uma dezena de tópicos, discorre sobre a existência de uma natureza humana originada a partir da lei natural, imutável, criada por Deus, comprovada científica e biologicamente. A nota demonstra como os defensores de uma “ideologia de gênero” promovem a desconstrução da família, da educação, da cultura e das religiões (ALZAMORA, 1998).

A conferência refere que este movimento ideológico aprofundou sua incidência nos Estados Unidos para depois alcançar os países menos desenvolvidos. O principal argumento é

de que por falta de informação as pessoas tendem a não compreender os perigos e o alcance a favor do gênero. Tal fato poderia ser comprovado, por exemplo, pela grande quantidade de materiais educativos difundidos em colégios e universidades.

Para os apaixonados defensores da “nova perspectiva”, não se devem fazer distinções porque qualquer diferença é suspeita, má, ofensiva. Dizem ainda que toda diferença entre o homem e a mulher é construção social e, por conseguinte, precisa ser alterada. Buscam estabelecer uma igualdade total entre homem e mulher sem considerar as naturais diferenças entre ambos, especialmente as diferenças sexuais; mais ainda, relativizam a noção de sexo de tal maneira que, segundo eles, não existiriam dois sexos, mas sim muitas “orientações sexuais”. Com efeito, os mencionados promotores do “gênero” não encontraram melhor opção do que declarar guerra à natureza e às opções da mulher [...]. Não obstante, diante da evidência de que estas diferenças são naturais, os promotores da “nova perspectiva” não questionam suas teorias, preferindo mais atacar o conceito de natureza (ALZAMORA, 1998).

Fica evidente que, desde o seu início, o movimento de oposição às demandas de gênero se constituiu como forma organizada e com o propósito de ampliar conceitos específicos da área em relação a uma possível hegemonia, patriarcado, heterossexualidade, orientação sexual, homofobia. A pretensão que sempre prevaleceu era a de alertar a população acerca de uma nova perspectiva de gênero que seria contra a própria natureza. Reconhece-se, para tanto, de maneira detalhada, os textos e programas de estudos feministas e de gênero em muitos colégios e universidades.

Aqui no Brasil, o livro do jurista argentino, Jorge Scala - *La Ideología del Género. El género como herramienta de poder* (2010), serviu como base para a introdução e ampliação do tema. Para Scala a “ideología de género, por ser falsa y antinatural, a la postre no convence, y sólo puede implantarse en forma totalitaria” (p. 13) e que “es la actual ideología del mal” (p. 189). O autor também apresenta o que considera os antecedentes históricos da “ideologia de gênero”, a saber: 1 - Ideólogos da “revolução sexual”, a partir da fusão entre as proposições de Karl Marx e Sigmund Freud. 2 - Ideias construtivistas sociais presentes em Jaques Derrida e Michel Foucault. 3 - Pressupostos existencialistas e ateus segundo Simone de Beauvoir. 4 - Feminismo de gênero, basicamente a partir do feminismo teórico estadunidense e que depois viria a se transformar em “lobby homossexual”.

A partir desta ótica, os movimentos feministas ao buscarem a “igualdade” entre homens e mulheres, primeiro no âmbito público e depois no âmbito civil, construíram uma ideia de opressão vivida pela mulher. Para Scala, tal opressão seria falsa. As mulheres não teriam sofrido, historicamente, a submissão, mas teriam, em contrapartida, sucumbido a uma crise em sua identidade com o surgimento da pílula anticoncepcional, na década de 1960, aceitado tornar-se objeto de prazer, seguindo por um caminho equivocado, já que a relação

sexual não seria mais para a procriação. Neste contexto de ações feministas, as mulheres teriam passado a reivindicar também a igualdade sexual. Assim, as reivindicações e os estudos feministas estariam gerando uma nova antropologia, ou melhor, uma “ideologia feminista”, muito negativa para a convivência humana (SCALA, 2010, p. 43-44)

Por meio de uma tematização alarmista acerca dos riscos da infiltração da perspectiva de gênero nas instituições, na política e na vida cotidiana, tal ofensiva visava garantir maior espaço à Igreja e, ao mesmo tempo, conter o avanço de políticas sexuais voltadas a garantir ou ampliar os direitos sexuais de mulheres, pessoas não heterossexuais e outros grupos dissidentes da ordem sexual hegemônica. Os movimentos investem de forma maciça na naturalização das concepções de família nuclear patriarcal, da maternidade, do parentesco, da heterossexualidade e complementaridade entre os sexos. Deste modo, procura-se promover a restauração de uma ordem sexual tradicional e reforçar as disposições das normas de gênero, da heterossexualidade e da heteronormatividade.

Não casam, não querem filhos e detestam a família. São geralmente lésbicas – pelo menos, as ideólogas de destaque. Hostilizam o macho heterossexual com o apoio da população gay. E o que idealizam, muito sugere uma ditadura LGBT. (...) Qualquer seguidor da fé LGBT deve decorar essas linhas e recitá-las de cara virada para Meca cinco vezes ao dia, porque expressam a quintessência do credo do gênero (VERO, 2016, p. 68).

O apelo a uma pretensa “moralidade” se espalhou na esfera pública, e, especialmente, na arena política, catalisando manifestações contrárias às políticas sociais, reformas jurídicas, ações pedagógicas voltadas a promover os direitos sexuais e punir suas violações, enfrentar preconceitos, prevenir violências e combater discriminações sexistas. Com efeito, o que é possível vislumbrar na atuação destesses setores, é uma intencionalidade de se opor às ações voltadas para a descriminalização do aborto, a legalização do casamento igualitário, o reconhecimento do direito de adoção a genitores de mesmo sexo, bem como políticas educacionais de igualdade sexual e de gênero (ROSADO-NUNES, 2015).

Diante do exposto até o momento e buscando desvelar conceitos e distorções de gênero que perpassam tanto a vida pública como a vida privada, a próxima seção no âmbito desta abordagem se deterá em refletir sobre questões concernentes a “ideologia de gênero” e algumas de suas singularidades na contemporaneidade brasileira.

3. A “Ideologia de Gênero” e suas Singularidades no Brasil

Os pânicos morais raramente aliviam um problema real já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para justificar o tratamento dos “vícios” como crimes. A

criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, obscenidade, ou consumo recreativo de drogas é racionalizado ao representá-los como ameaças a saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, a família, ou a civilização em si mesma. Mesmo quando a atividade é entendida como inofensiva, pode ser banida pela alegação de “levar” a algo ostensivamente errado [...] Edifícios grandes e poderosos foram construídos com base em tais fantasmas. Geralmente o surto resultante de um pânico moral é precedido por uma intensificação de tais representações excludentes (RUBIN, 2003, p. 32).

O conservadorismo cristão, fortemente alinhado com o liberalismo econômico, se tornou um dos alicerces dos recentes movimentos da conjuntura política brasileira. O impedimento da presidenta Dilma Rousseff foi vista como um símbolo da derrocada das políticas de esquerda: do “marxismo cultural”, da “ideologia de gênero”, da “ditadura gay”, da “doutrinação comunista”. Importante ressaltar que este avanço da *ideologia de gênero*, em sua essência, é uma ameaça à consolidação de valores básicos da democracia, como o respeito à diversidade humana, a laicidade do Estado e o combate à discriminação e violência contra minorias.

Vejo as ofensivas contra a “ideologia de gênero” como a busca de naturalização de posições – as visões bem situadas e particulares de alguns, no caso de grupos religiosos, apresentadas como fossem universais. Nesse caso, o recurso à ideia de que existe uma natureza/verdade e uma ideologia/falsidade é o dispositivo central para a universalização de uma posição bem situada (BIROLI, 2015).

Neste sentido, não se trata de um fenômeno isolado ou alguma especificidade, em termo de políticas sexuais, do avanço do conservadorismo político no Brasil. Uma estratégia política que busca não apenas o retrocesso das políticas feministas e LGBT, mas também a consolidação da naturalização do mundo social, visando a manutenção do sistema econômico capitalista e seu ordenamento sociocultural racista, patriarcal e heterossexual. Discursos, narrativas, slogans e argumentos padronizados.

Ações articuladas nos púlpitos, nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no congresso nacional. Eleição de religiosos nos parlamentos e influência estratégica no âmbito das políticas públicas e na criação de leis. A promoção constitucional da diversidade vista como “ideologia” ou “doutrinação”. Trata-se de um enfrentamento direto aos direitos das mulheres, às conquistas de minorias sexuais, às políticas de igualdade em detrimento da reafirmação da legitimidade moral e religiosa das desigualdades, do patriarcado, da heteronormatividade, da homofobia, da transfobia. Neste diapasão, ampliando um pouco mais as interlocuções delineadas até o momento, convém destacar o posicionamento do bispo católico, Dom Neri José Tondello da Diocese de Juína, no estado brasileiro do Mato Grosso.

A ideologia de gênero afirma que o homem e a mulher não diferem pelo sexo, mas pelo gênero, e que este não possui base biológica, sendo apenas uma construção socialmente imposta ao ser humano, através da família, da educação e da sociedade. Afirma ainda que o gênero, em vez de ser imposto, deveria ser livremente escolhido e facilmente modificado pelo próprio ser humano. Ou seja, ao contrário do que costumamos pensar, as pessoas não nascem homens ou mulheres, mas são elas próprias condicionadas a identificarem-se como homens, como mulheres, ou como um ou mais dos diversos gêneros que podem ser criados pelo indivíduo ou pela sociedade. Deveria ser considerado normal passar de um gênero a outro e o ser humano deveria ser educado, portanto, para ser capaz de fazê-lo com facilidade, libertando-se da prisão em que o antiquado conceito de sexo o havia colocado (TONDELLO, 2015).

É salutar observar que a argumentação enseja um cunho essencialista balizado por um discurso afeito às particularidades biológicas. Combate-se os pressupostos das teorias e movimentos feministas e sexuais que delimitam a sua atuação a partir de desigualdades de gênero, normatividades e regulações das sexualidades como construções sociais e culturais, historicamente localizadas. Existe um conceito de “natureza humana” como decorrente de uma “lei natural” dada por Deus, comprovada pela biologia e, portanto, inalterável. Uma peça fundamental na argumentação que sustenta a condenação do gênero qualificado como uma “ideologia”, com forte conotação negativa.

Na perspectiva epistemológica, não é possível afirmar a existência de uma “ideologia de gênero”. Usar este termo para designar qualquer discussão de gênero serve para dar um tom de autoritarismo e de imposição, de acordo com alguma interpretação instrumental ou enviesada acerca da “ideologia”. Serve, também, por extensão, para perceber que qualquer pressuposto concernente ao ideológico seria, necessariamente, mentiroso, distorcido ou sem embasamento. As formulações aleatórias servem como poderosos dispositivos retóricos que fomentam polêmicas, intimidações e ameaças contra atores ou instituições dispostos a contribuir com uma agenda em prol da diversidade. No âmbito desse empenho reacionário, o propósito é de instaurar um ambiente de pânico moral contra grupos sexualmente vulneráveis ou marginalizados. Pouco importa se determinado rótulo não possui um referente conceitual lógico. Busca-se um discurso que apela para uma suposta “ordem” a partir de alguma estratégia discursiva que facilita a adesão e a mudança naquilo que se anuncia (SHELDON, 2012).

Em geral, os defensores desta pauta em vez de ampliar o debate, acentuam uma preferência por ridicularizar ou estigmatizar adversários que, grosso modo, são responsáveis pela destruição das famílias. São vistos como *gayzistas*, *feminazis*, *pedófilos*, *heterofóbicos*. Possíveis pautas devem ser capturadas, descontextualizadas, homogeneizadas, reduzidas a uma teoria sem lógica, e, portanto, grotesca, para serem, finalmente, denunciadas e repelidas

(VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012). Os debates, interrogações e problematizações, bem como os instrumentos e os resultados produzidos pelos estudos científicos e acadêmicos são objetivados como uma perigosa, enganosa e ilegítima “teoria/ideologia”, que, por meio de “manipulações linguísticas”, tenderia a reproduzir a “colonização da natureza humana”. Não há, pois, maior interesse pela contestação acadêmica (ROSADO-NUNES, 2015. p. 1237-1260).

Com frequência se apregoa uma “doutrinação totalitária”, de raiz marxista, mais opressiva e perigosa do que o próprio marxismo, camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade. Seria uma diretriz que serve de referência à ONU. Não por acaso, é frequente o emprego do termo *gender*. O propósito é promover um estranhamento e, por conseguinte, o rechaço de um conteúdo, visto como “propaganda” impositiva do imperialismo cultural dos Estados Unidos, da ONU, da União Europeia e das agências e corporações transnacionais dominadas por “lobbies gays” e feministas defensores do multiculturalismo e do politicamente correto. Em última análise, seriam extremistas ambientais, neomarxistas, pós-modernos, mais preocupados em garantir a hegemonia da “ideologia de gênero” em diferentes contextos e realidades como uma espécie de ditadura (SCALA, 2010).

A onda conservadora, reforçada, de forma peculiar, por dogmas religiosos com claras configurações anacrônicas e reacionárias acaba por ensejar uma nova denominação conceitual, a saber: “ideologia de gênese”. Esta ao ser propagada pelos mesmos agentes extremistas que compactuam com uma suposta “ideologia de gênero”, utiliza-se de certas passagens bíblicas para justificar a interdição de corpos com a finalidade expressa de “salvaguardar as suas entradas no Céu de Cristo”.

O avanço da moral cristã no campo da educação e o [...] debate educacional a partir desta perspectiva, para obter o cerceamento e a censura em sala de aula perante temas contrários a esta moralidade são o que aqui foi cunhado como ideologia de gênese. Controlar, cercear e censurar a produção do conhecimento, o livre pensar e a pluralidade de ideias presentes em sala de aula para a imposição de um ‘saber verdadeiro’ ancorado nos ensinamentos bíblicos, são metodologias utilizadas pela ideologia de gênese para a imposição de um referencial teórico único: o cristão-conservador. [...] a ideologia de gênese opera como um regime de verdade centrado no religioso que, ao propagar uma noção dogmática de verdade, não admite contestações e tudo faz para impor-se sobre conhecimentos que são produzidos a partir de outros referenciais, operando em regimes de verdade distintos (ACOSTA; GALLO, 2020, p. 16).

Não por acaso, a “ideologia de gênese” se encontra firmada na heteronormatividade e não admite formas alternativas de expressão sexual, gerando, por conseguinte, um “pânico moral” no que se refere a questões que envolvem o gênero e as sexualidades nos espaços da educação formal (ACOSTA; GALLO, 2020).

A ideologia de gênese [...] possui como mito fundante a ideia de que “Deus criou macho e fêmea”, concebendo o sexo-gênero masculino como hierarquicamente superior ao feminino, conforme Gênesis 2:18-24:18 (a mulher veio da costela do homem para servir-lhe de auxiliadora), 1 Coríntios 11:9 (tendo sido criada para servir ao homem) e 1 Coríntios 11:3; Efésios 5:22-23 (e como esposa deve se submeter ao marido, “cabeça da relação”, “cabeça e chefe da mulher”). É possível pensarmos que, assim como Eva brotou da costela de Adão para servir-lhe como auxiliar, a ideologia de gênese serve ao dispositivo da cisheteronorma como santa auxiliadora, dotando o mesmo de credibilidade e eficácia simbólica e performativa (MARANHÃO Fº, 2018, p. 116).

Grosso modo, o que ocorre é um amálgama entre a educação e as percepções religiosas. Não parece existir uma distância entre o público e as conformações privadas acerca do crer. Vislumbra-se o papel da religião como se esta detivesse a primazia para a salvação da humanidade sendo, ao mesmo tempo, uma espécie de pilar sustentador nos termos de uma moralidade social. Neste sentido, tanto as legislações como também as diretrizes que são preconizadas pela normatividade constitucional ou os fundamentos das bases educacionais brasileiras acabam sendo interpretadas por meio de leituras enviesadas para a imposição de uma pretensa moralidade cristã.

Entre tantas questões que fazem parte do arcabouço conservador, uma tem sido mais incisiva: a defesa da primazia ou da exclusividade da família na educação moral e sexual dos filhos. De acordo com o imaginário recorrente, a educação das crianças e adolescentes não deveria sofrer qualquer interferência, muito menos da parte de escolas públicas que, supostamente, buscam implantar uma ditadura de gênero e, portanto, foram convertidas na sua maioria em “campos de doutrinação”. É importante destacar que é justamente o cotidiano das escolas que vem recebendo maior atenção destes movimentos na medida em que a defesa da primazia das famílias na educação moral dos filhos se faz acompanhar de ataques aos currículos escolares e à liberdade docente, em nome de um “direito a uma escola não-ideológica” ou a uma “escola sem gênero” (LOURO, 1997).

Os debates e mudanças legislativas, ocorridos no Brasil nas últimas décadas seriam, por exemplo, efeitos do “marxismo cultural, da doutrinação ideológica, do totalitarismo de esquerda e ditadura cultural” (LOBO, 2016). Nesse mesmo sentido, as disputas por uma educação laica e democrática, com ênfase nas questões de gênero e sexualidade, que transcorreram ao longo do processo de democratização, são retratadas como uma conspiração mundial com o objetivo de ocupar escolas e fazer a lavagem cerebral de professoras e alunos de modo a promover uma nova ordem mundial organizada em torno à destruição das famílias.

A “ideologia de gênero” passou a ser, notadamente, uma categoria retórica e política capaz de mobilizar muitas pessoas. Engendrado no âmago de um dispositivo conservador e

reacionário, este paradigma se relaciona a processos de reformulação, atualização e legitimação de uma determinada visão dos seres humanos e de suas múltiplas estratégias de poder. Isso significa que são processos que na percepção do senso comum retratam uma naturalização das assimetrias de gênero e da sexualidade (COELHO; SANTOS, 2016, p.27-48). O desafio que se impõe é de que tais elementos sejam compreendidos e debatidos não apenas a partir de certos marcos morais, religiosos e de cunho tradicional marcados pela incidência de certas “verdades” intransigentes.

Para as Igrejas, a fragilização do modelo tradicional de família sobre o qual se assenta o edifício mais que milenar de sua institucionalidade soa como o alarme que anuncia a sua própria fragilização. A manutenção do dispositivo familiar é crucial para as instituições. Diante do avanço dos ideais democráticos de sociedades que se regulam pelo contrato entre indivíduos livres, a Igreja investe na defesa da moralidade social, política e individual. Apresentar-se como a guardiã da moral é uma de suas estratégias para que ou discurso e a ação das instituições eclesiásticas na esfera pública sejam recebidos e aceitos por muitas pessoas. A civilização do controle e do medo instaurada pelo Cristianismo, associada à repressão do prazer e à suspeita sobre o sexo é inseparável da desvalorização simbólica e social. As diferenças biológicas, constantemente invocadas, validam a atribuição das mulheres à esfera doméstica, reafirmando a legitimidade de sua exclusão da esfera pública e reiterando sua inferioridade social e política (BURGGRAF, 2001).

Convém lembrar aqui a instigante percepção da filósofa Judith Butler ao observar a homossexualidade e o falocentrismo como instituições identitárias compulsórias de poder e de discursos pelos quais o gênero se produz e reproduz. Há, portanto, uma sinalização para a desconstrução das identidades fixas, bem como o fato de que estas, quando pensadas e ressignificadas, redundam em instrumentos para questionar os conservadorismos que se fundam nas desigualdades entre os corpos. Isso significa que as fronteiras entre os binarismos são porosas e perturbadoras.

O que acontece ao sujeito e a estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da homossexualidade é desmascarado [...] qual a melhor maneira de problematizar as categorias gênero que sustentam hierarquias dos gêneros e a homossexualidade compulsórias? (BUTLER, 2008, p. 8).

O desafio é indagar sobre os silêncios, os preconceitos, as práticas discriminatórias e violentas que acompanham as vidas de pessoas que rompem com padrões fixos de masculinidades e feminilidades ou de outras cujos prazeres, desejos e afetos não se enquadram em uma normatividade. Isso implica em intervir de forma ética, no sentido de

construir relações mais humanas e justas, nas quais as diferenças não sejam vistas e nem tratadas como inferioridades.

4. Considerações Finais

É de autoria do filósofo e crítico literário inglês, Terry Eagleton, a frase: "ideologia é como mau hálito, só os outros tem" (MIRANDA, 2019). Buscar caminhos de diálogo acerca das questões de gênero, sexualidade e temas afins, significa enfrentar acusações e incompreensões. Ideologia virou sinônimo de ilusão, fantasia, mentira. Nessa perspectiva a "ideologia de gênero" parece ser uma tese sem necessidade de muitos argumentos. É vista por uma boa parcela da sociedade como algo pernicioso para as crianças, capaz de violar a liberdade das famílias e a integridade das igrejas.

De acordo com os críticos ao debate, a "ideologia de gênero" seria uma imposição totalitária com o propósito de consolidar uma sociedade perversa, iníqua, com conceitos falaciosos e esdrúxulos que levariam ao adoecimento da vida humana, tornando-a uma aberração imoral. Partindo do princípio de que a ideologia é uma forma de pensamento que oprime, distorce e falseia a realidade, buscou-se, nesta abordagem, ampliar o entendimento sobre questões que fazem parte desta problemática. Observou-se que entre os riscos há, sobretudo, a recorrente deturpação das premissas fundantes da democracia e dos direitos individuais por conta de ofensivas de lideranças religiosas com forte persuasão política. Embora se afirme numa retórica contrária a alguma "ideologia", na verdade, o que ocorre é uma atuação estratégica para frear e interromper a consolidação de valores importantes para a harmonia social, como no caso do tratamento igual aos indivíduos, independentemente do que os singulariza e a promoção do respeito à pluralidade e diversidade.

A diversidade de corpos, valores, estilos de vida é própria de nosso tempo. Por ser algo constitutivo de uma época, requer o desafio de olhar ao redor sem anular vidas ou experiências de pessoas, mesmo que com elas não concordemos. Respeito e alteridade é prerrogativa elementar para quem aspira construir uma sociedade mais justa e fraterna. Não é pela intolerância que a diversidade será apagada, pois a animosidade gera mais sofrimentos, mais opressão e mais violência para com o outro (FREIRE, 2006). É no senso comum que as pessoas vão alardeando verdades difusas e sem muita preocupação com os fatos. O que está em questão e que deveria ser o argumento mais importante é se teremos diretrizes orientadas para a igualdade, a tolerância e a diversidade ou se teremos noções alicerçadas na superioridade, exclusivismo e exclusão. As preocupações deveriam apontar apenas numa

direção: menos violência, mais tolerância, mais respeito, inclusive à diversidade humana e sexual.

Referências

ACOSTA, Tássio; GALLO, Silvio. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênese'. *Educação: Revista do Centro de Educação*. v. 45, 2020.

ALZAMORA Revoredo, Oscar. La ideología de género: sus peligros y alcances. Lima: Comisión de la Mujer; Comisión Episcopal de Apostolado Laical, *Conferencia Episcopal Peruana*, 1998.

AMOROS, Celia. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. Barcelona: Editorial Anthropos, 1985.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*. N°. 28, Jan/Jul. 2007, Campinas, São Paulo, 2007, p. 129-147.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BIROLI, Flávia. O que está por trás do boicote religioso à "ideologia de gênero". In: <https://revistaforum.com.br/noticias/o-que-esta-por-tras-do-boicote-religioso-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 30 de ago. 2019.

BURGGRAF, Jutta. "Qué quiere decir género". En torno a un nuevo modo de hablar. Promesa: San José, Costa Rica, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa; SANTOS, Naira Pinheiro dos. A mobilização católica contra a "ideologia de gênero" nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. *Religare*, Vol.13, n.1, jul. 2016, p. 27-48.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

LOBO, Marisa. *A ideologia de gênero na educação – como essa doutrinação está sendo introduzida nas escolas e o que pode ser feito para proteger a criança e os pais*. Curitiba: Ministério Marisa Lobo, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro, Petrópolis; Vozes, 1997.

MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Matando uma leoa por dia”: ideologia de gênero e de gênese na “cura” de travestis. *Revista Eletrônica Correlatio*. Vol. 17, n. 2 – Dez. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIRANDA, Gabriel. *O Debate sobre Segurança Pública em Tempos de Pós-Verdade*. In: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/02/o-debate-sobre-seguranca-publica-em-tempos-de-pos-verdade-por-gabriel-miranda/> Acesso em: 10 de Set. 2019.

O’LEARY, Dale. *The Gender-Agenda: redefining equality*. Lafayette: Vital Issues, 1997.

ROSADO-NUNES, Maria J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, jul/set. 2015. p. 1237-1260.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade*. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, n. 21, 2003. p. 1-88.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio. “Ideologia de gênero”: interpretação equivocada, repetição do equívoco. *Bagoas-Estudos de Gays: Gênero e Sexualidades*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vol. 10, n. 15, 2016. p. 33-58.

SCALA, Jorge. *La ideología del género o el género como herramienta de poder*. Rosario: Ediciones Logos Ar, 2010.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 91, n. 5, 1986. p. 1053-1075.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SHELDON, Louis. P. *A Estratégia*. O plano dos homossexuais para transformar a sociedade. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2012.

STANLEY, Jason. *Como Funciona o Fascismo*. A política do “nós” contra “eles”. L&PM: Porto Alegre, 2018.

TIBURI, Márcia. *Vamos conversar sobre Gênero*. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/02/vamos-conversar-sobre-genero/>. Acesso em 06 de set. 2019.

TONDELLO, Dom Neri José. Nota da CNBB: “ideologia de gênero”. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: Regional Oeste II*. Disponível em: <http://www.diocesederondonopolis.org.br/2015/2015/06/nota-da-cnbb-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 05 de set. 2019.

VERO, Justino. *E por falar em preconceito e gênero...* Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico/GZ Editora, 2016.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

Desvelando las disputas en torno da “ideología de género” en la actualidad

Resumen

La "ideología de género" parece ser una tesis sin necesidad de muchos argumentos en la actualidad. Es vista por una parte de la sociedad como perjudicial para el desarrollo de los niños, capaz de violar la libertad de las familias y la integridad de las iglesias. La consecuencia es una avalancha de revuelta que arrastra a la gente por una comprensión distorsionada. Este enfoque pretende, por tanto, profundizar aspectos inherentes al debate, así como sustentar la perspectiva de la democracia y los derechos individuales cuando se ven amenazados por las ofensivas de líderes con fuerte injerencia política. Los resultados indican que, aunque afirman estar contra una 'ideología', en realidad estos líderes actúan para interrumpir la consolidación de valores esenciales de la democracia, como la igualdad de las personas, independiente de lo que las singulariza y la promoción del respeto a la pluralidad y la diversidad.

Palabras Clave: “Ideología de Género”; Democracia; Diversidad.

Révéler les disputes autour de "idéologie du genre" au présent

Résumé

La "idéologie du genre" semble être une thèse sans avoir besoin de beaucoup d'arguments aujourd'hui. Elle est perçue par une partie de la société comme préjudiciable au développement des enfants, susceptible de violer la liberté des familles et l'intégrité des églises. La conséquence est une avalanche de révolte qui emporte les gens à travers une compréhension déformée. Cette approche vise donc à approfondir les aspects inhérents au débat, ainsi qu'à soutenir la perspective de la démocratie et des droits individuels lorsqu'ils sont menacés par les offensives de dirigeants à forte ingérence politique. Les résultats indiquent que, bien qu'ils prétendent être contre une 'idéologie', ces dirigeants agissent en réalité pour interrompre la consolidation des valeurs essentielles de la démocratie, telles que l'égalité des personnes, indépendamment de ce qui les rend uniques, et la promotion du respect de la pluralité et de la diversité.

Mots-clés: "Idéologie du Genre"; Démocratie; Diversité.

Revealing the disputes around "gender ideology" today

Abstract

The "Gender ideology" seems to be a thesis without the need for many arguments today. It is seen by part of society as detrimental to the development of children, capable of violating the freedom of families and the integrity of churches. The consequence is an avalanche of revolt that sweeps people away through a distorted understanding. This approach aims, therefore, to deepen aspects inherent to the debate, as well as to support the perspective of democracy and individual rights when they are threatened by the offensives of leaders with strong political interference. The results indicate that, although they claim to be against an 'ideology', in fact, these leaders act to interrupt the consolidation of essential values of democracy, such as the equal treatment of individuals, regardless of what makes them unique and the promotion of respect for plurality and diversity.

Keywords: “Gender Ideology”; Democracy; Diversity.